

*Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.*

## **Demonstrações Financeiras**

**31 dezembro de 2014**

*fevereiro de 2015*  
*Este relatório contém 64 páginas*

## CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
<b>I</b>	
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Demonstração dos resultados	4
Demonstração do rendimento integral	5
Balanço	6
Demonstração das alterações no capital próprio	7
Demonstração de fluxos de caixa	8
<b>II</b>	
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	9
<b>II.1</b>	
<b>Políticas contabilísticas</b>	9
<b>II.2</b>	
<b>Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas</b>	17
<b>II.3</b>	
<b>Segmentos operacionais</b>	19
<b>II.4</b>	
<b>Notas à demonstração dos resultados</b>	
Nota 1	20
Nota 2	20
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	
Nota 3	21
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	
Nota 4	21
Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	
Nota 5	22
Custos e gastos de exploração líquidos	
Nota 6	22
Rendimentos	
Nota 7	22
Gastos financeiros	
Nota 8	23
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	
Nota 9	23
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	
Nota 10	23
Diferenças de câmbio	
Nota 11	24
Imparidade (líquidas de reversões)	
Nota 12	24
Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro	
Nota 13	24
Custos e gastos por natureza a imputar	
<b>II.5</b>	
<b>Notas ao balanço</b>	
Nota 14	25
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	
Nota 15	26
Ativos financeiros detidos para negociação	
Nota 16	26
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	
Nota 17	27
Ativos financeiros disponíveis para venda	
Nota 18	28
Empréstimos e contas a receber	
Nota 19	28
Investimentos a deter até à maturidade	
Nota 20	29
Terrenos e edifícios de rendimento	
Nota 21	29
Outros ativos tangíveis	
Nota 22	30
Ativos intangíveis	
Nota 23	31
Provisões técnicas, líquidas de resseguro	

		<b><u>Pág.</u></b>
Nota 24	Benefícios a empregados	32
Nota 25	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	36
Nota 26	Impostos correntes e Impostos diferidos	37
Nota 27	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	38
Nota 28	Outros passivos financeiros	39
Nota 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações	39
Nota 30	Acréscimos e diferimentos	39
Nota 31	Outras provisões	40
<b>II.6</b>	<b>Notas à demonstração das alterações no capital próprio</b>	
Nota 32	Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas	40
<b>II.7</b>	<b>Outras notas</b>	
Nota 33	Transações com partes relacionadas	42
Nota 34	Gestão de riscos	44
Nota 35	Justo valor	56
Nota 36	Passivos contingentes e compromissos	57
Nota 37	Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de <i>bailout</i>	58
Nota 38	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	59
<b>III</b>	<b>Inventário de títulos</b>	
<b>IV</b>	<b>Relatório dos auditores</b>	

# I Demonstrações financeiras

## Demonstração dos resultados

	Notas	2014			2013		
		Vida	Não técnica	Total	Vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	803.548.098	-	803.548.098	593.632.031	-	593.632.031
Prémios brutos emitidos		826.576.219	-	826.576.219	619.713.526	-	619.713.526
Prémios de resseguro cedido		(23.028.121)	-	(23.028.121)	(26.081.495)	-	(26.081.495)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	34.970.959	-	34.970.959	62.982.600	-	62.982.600
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(853.752.643)	-	(853.752.643)	(835.018.125)	-	(835.018.125)
Montantes pagos		(859.043.505)	-	(859.043.505)	(814.072.616)	-	(814.072.616)
Montantes brutos		(873.380.947)	-	(873.380.947)	(827.700.399)	-	(827.700.399)
Parte dos resseguradores		14.337.442	-	14.337.442	13.627.783	-	13.627.783
Provisão para sinistros (variação)		5.290.862	-	5.290.862	(20.945.509)	-	(20.945.509)
Montantes brutos		3.140.770	-	3.140.770	(20.602.815)	-	(20.602.815)
Parte dos resseguradores		2.150.092	-	2.150.092	(342.694)	-	(342.694)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	68.307.270	-	68.307.270	268.942.081	-	268.942.081
Montante bruto		68.221.006	-	68.221.006	268.870.488	-	268.870.488
Parte dos resseguradores		86.264	-	86.264	71.593	-	71.593
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(17.754.585)	-	(17.754.585)	(40.289.647)	-	(40.289.647)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(63.232.868)	-	(63.232.868)	(64.881.675)	-	(64.881.675)
Custos de aquisição		(55.383.677)	-	(55.383.677)	(55.874.525)	-	(55.874.525)
Gastos administrativos		(15.864.723)	-	(15.864.723)	(19.189.721)	-	(19.189.721)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		8.015.532	-	8.015.532	10.182.571	-	10.182.571
Rendimentos	6	135.027.298	6.221.839	141.249.137	144.235.102	8.862.067	153.097.169
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		135.027.298	6.221.839	141.249.137	144.235.102	8.862.067	153.097.169
Gastos financeiros	7	(13.255.283)	(272.749)	(13.528.032)	(16.962.157)	(294.110)	(17.256.267)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(13.255.283)	(272.749)	(13.528.032)	(16.962.157)	(294.110)	(17.256.267)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	9.557.248	11.022.538	20.579.786	19.712.055	3.148.725	22.860.780
De ativos disponíveis para venda		11.256.106	11.043.353	22.299.459	19.714.924	3.147.702	22.862.626
De investimentos a deter até à maturidade		(1.698.858)	(20.815)	(1.719.673)	(2.869)	1.023	(1.846)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	322.280	4.865	327.145	(3.252.841)	1.137.711	(2.115.130)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		85.340.887	-	85.340.887	124.275.910	-	124.275.910
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(85.018.607)	4.865	(85.013.742)	(127.528.751)	1.137.711	(126.391.040)
Diferenças de câmbio	10	(158.916)	-	(158.916)	75.119	-	75.119
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(30.543.341)	(183.816)	(30.727.157)	(17.308.016)	(1.180.159)	(18.488.175)
De ativos disponíveis para venda		(16.575.100)	-	(16.575.100)	(5.625.901)	-	(5.625.901)
De investimentos a deter até à maturidade		(13.968.241)	(167.988)	(14.136.229)	(11.682.115)	(139.641)	(11.821.756)
De outros		-	(15.828)	(15.828)	-	(1.040.518)	(1.040.518)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	498.999	-	498.999	580.702	-	580.702
Outros rendimentos/gastos	12	-	(5.264.486)	(5.264.486)	-	(83.123)	(83.123)
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		73.534.516	11.528.191	85.062.707	112.447.229	11.591.111	124.038.340
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26	-	(26.187.358)	(26.187.358)	-	(36.121.631)	(36.121.631)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	26	-	(3.810.808)	(3.810.808)	-	(1.813.788)	(1.813.788)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		73.534.516	(18.469.975)	55.064.541	112.447.229	(26.344.308)	86.102.921

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração do rendimento integral

		<i>Eur</i>
	2014	2013
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação		
Reservas de reavaliação, bruto	213.682.294	88.971.213
Impostos correntes e diferidos	(59.813.225)	(27.702.596)
	<u>153.869.069</u>	<u>61.268.617</u>
Participação nos resultados a atribuir ("shadow"), bruto	(100.961.911)	(3.010.369)
Impostos correntes	29.723.557	948.266
	<u>(71.238.354)</u>	<u>(2.062.103)</u>
	<b><u>82.630.715</u></b>	<b><u>59.206.514</u></b>
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	(1.405.368)	(386.086)
	<b><u>(1.405.368)</u></b>	<b><u>(386.086)</u></b>
Total outro rendimento integral	<b><u>81.225.347</u></b>	<b><u>58.820.428</u></b>
Resultado líquido do exercício	55.064.541	86.102.921
<b>Total de rendimento integral do ano</b>	<b><u>136.289.888</u></b>	<b><u>144.923.349</u></b>

## Balanço

Eur

	Notas	2014	2013
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	125.895.808	216.013.740
Ativos financeiros detidos para negociação	15	155.418.929	189.374.495
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	4.802.041.400	5.069.233.899
Ativos disponíveis para venda	17	4.271.632.259	4.300.547.773
Empréstimos e contas a receber	18	485.477.476	432.164.065
Outros depósitos		485.477.476	432.164.065
Investimentos a deter até à maturidade	19	541.018.989	623.044.374
Terrenos e edifícios de rendimento	20	3.244.849	3.428.341
Terrenos e edifícios de rendimento		3.244.849	3.428.341
Outros ativos tangíveis	21	1.647.385	1.233.248
Outros ativos intangíveis	22	5.679.182	5.229.779
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	3.556.850	1.320.494
Provisão matemática do ramo vida		927.372	841.108
Provisão para sinistros		2.629.478	479.386
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	11.579.021	4.582.012
Contas a receber por operações de seguro direto		10.182.314	3.335.852
Contas a receber por outras operações de resseguro		29.994	-
Contas a receber por outras operações		1.366.713	1.246.160
Ativos por impostos	26	10.277.013	8.183.580
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	1.745.276
Ativos por impostos diferidos		10.277.013	6.438.304
Acréscimos e diferimentos		60.620	65.748
<b>Total ativo</b>		<b>10.417.529.781</b>	<b>10.854.421.548</b>
Provisões técnicas	23	4.366.626.125	4.324.812.511
Provisão matemática do ramo vida		4.179.479.945	4.221.210.800
Provisão para sinistros		53.362.531	56.503.401
De vida		53.362.531	56.503.401
Provisão para participação nos resultados		133.783.649	47.098.310
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	5.463.646.785	5.616.776.023
Outros passivos financeiros	28	127.493.160	8.428.131
Passivos subordinados		120.000.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores		7.493.160	8.428.131
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	2.138.172	1.161.375
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	26.542.978	285.228.095
Contas a pagar por operações de seguro direto		12.627.169	13.132.359
Contas a pagar por outras operações de resseguro		2.559.319	3.815.484
Contas a pagar por outras operações		11.356.490	268.280.252
Passivos por impostos e taxas	26	24.022.432	7.734.778
Passivos por impostos (e taxas) correntes		24.022.432	7.734.778
Acréscimos e diferimentos	30	2.296.875	5.933.104
Outras Provisões	31	4.049.126	4.923.291
<b>Total passivo</b>		<b>10.016.815.653</b>	<b>10.254.997.308</b>
Capital		22.375.000	22.375.000
Reservas de reavaliação		52.707.502	(60.012.881)
Reserva por impostos diferidos e correntes		(44.081.057)	(13.991.389)
Outras reservas		58.923.891	60.329.259
Resultados transitados		255.724.251	504.621.330
Resultado do exercício		55.064.541	86.102.921
<b>Total capital próprio</b>	32	<b>400.714.128</b>	<b>599.424.240</b>
<b>Total passivo e capital próprio</b>		<b>10.417.529.781</b>	<b>10.854.421.548</b>
<b>Resultados por ação</b>		<b>12,3</b>	<b>19,2</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstração das alterações no capital próprio

Eur

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido							
<b>Balanço a 31 de dezembro 2012</b>	<b>22.375.000</b>	<b>(145.973.725)</b>	<b>12.762.941</b>	<b>(133.210.784)</b>	<b>22.375.000</b>	<b>948.335</b>	<b>35.779.023</b>	<b>1.529.970</b>	<b>621.426.232</b>	<b>94.278.115</b>	<b>665.500.891</b>
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	94.278.115	(94.278.115)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	88.971.213	(27.702.596)	61.268.617	-	-	-	-	-	-	61.268.617
Participação nos resultados a atribuir	-	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	-	-	-	-	-	-	(2.062.103)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(211.000.000)	-	(211.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.102.921	86.102.921
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(303.069)	(83.017)	-	(386.086)
<b>Balanço a 31 de dezembro 2013</b>	<b>22.375.000</b>	<b>(60.012.881)</b>	<b>(13.991.389)</b>	<b>(74.004.270)</b>	<b>22.375.000</b>	<b>948.335</b>	<b>35.779.023</b>	<b>1.226.901</b>	<b>504.621.330</b>	<b>86.102.921</b>	<b>599.424.240</b>
Transferência de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	86.102.921	(86.102.921)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	213.682.294	(59.813.225)	153.869.069	-	-	-	-	-	-	153.869.069
Participação nos resultados a atribuir	-	(100.961.911)	29.723.557	(71.238.354)	-	-	-	-	-	-	(71.238.354)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(335.000.000)	-	(335.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.064.541	55.064.541
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(1.405.368)	-	-	(1.405.368)
<b>Balanço a 31 de dezembro 2014</b>	<b>22.375.000</b>	<b>52.707.502</b>	<b>(44.081.057)</b>	<b>8.626.445</b>	<b>22.375.000</b>	<b>948.335</b>	<b>35.779.023</b>	<b>(178.467)</b>	<b>255.724.251</b>	<b>55.064.541</b>	<b>400.714.128</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2014	2013
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	55.064.541	86.102.921
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	1.278.385	1.189.261
Variação nas provisões técnicas	41.813.614	(210.831.477)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(153.129.238)	(170.015.767)
Variação de provisões	(874.165)	3.029.662
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(2.236.356)	271.100
Imparidade de ativos disponíveis para venda	16.575.100	5.625.901
Imparidade de ativos a deter até à maturidade	14.136.229	11.821.756
Imparidade de outros ativos	15.828	1.040.518
Variação nos impostos ativos / passivos	14.194.221	(53.040.815)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	33.955.566	20.205.779
Empréstimos concedidos e contas a receber	(53.313.411)	41.515.541
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	(7.012.836)	(886.638)
Outros ativos e passivos	(4.059.674)	(1.977.602)
Outros passivos financeiros	119.065.029	(69.842.759)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	(258.685.117)	248.387.153
	<b>(183.212.284)</b>	<b>(87.405.466)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	267.192.499	436.921.172
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	94.971.129	(104.194.415)
Variações nos investimentos a deter até à maturidade	67.889.156	62.979.253
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(1.958.432)	(838.691)
	<b>428.094.352</b>	<b>394.867.319</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(335.000.000)	(211.000.000)
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>(90.117.932)</b>	<b>96.461.853</b>
Caixa e equivalentes no início do período	216.013.740	119.551.887
<b>Caixa e equivalentes no final do período</b>	<b>125.895.808</b>	<b>216.013.740</b>

## II Notas explicativas às demonstrações financeiras

### II.1 Políticas contabilísticas

#### a) Bases de apresentação

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., (“Occidental Vida” ou “Companhia”), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, é uma Companhia de Seguros constituída em Portugal em 30 de abril de 1987, tendo a sua actividade iniciado em 1 de julho de 1987.

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (“Millenniumbcp Ageas”), com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”) emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”) e aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007 de 27 de abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2014, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota 38. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

#### b) Contratos de seguro e de investimento

##### Classificação

A Occidental Vida emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

#### *c) Provisões técnicas*

##### *Provisão matemática do ramo Vida*

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

##### *Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

##### *Provisão para participação nos resultados atribuída*

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

##### *Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)*

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

##### *Teste de adequação das responsabilidades*

À data do balanço, a Ocidental Vida procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados da Companhia.

d) *Ativos financeiros*

*Classificação*

A Occidental Vida classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- Ativos financeiros detidos até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados, no momento do seu reconhecimento inicial, para nenhuma outra categoria de activos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

*Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros a deter até à maturidade, (iii) activos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Companhia de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre estes activos.

*Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

Os activos financeiros a deter até à maturidade e os empréstimos concedidos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, líquidos de eventuais imparidades reconhecidas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*"bid-price"*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### *Reclassificação entre categorias*

A Companhia apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

Em 2011, a Companhia adoptou esta possibilidade para um grupo de activos financeiros, tal como divulgado na nota 19.

#### *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Companhia, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Nos activos a deter até à maturidade, a perda por imparidade é mensurada pela diferença entre o valor de balanço dos activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período remanescente), descontados à taxa de juro efectiva original, sendo reconhecida em resultados. Para os activos a deter até à maturidade se, num período subsequente, o montante de perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### *Instrumentos financeiros derivados*

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*"trade date"*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*"discounted cash flows"*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

*Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

*e) Passivos financeiros*

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, exceto contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador do seguro os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

*f) Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

*g) Acordos de recompra*

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros ativos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

*h) Resseguro*

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Occidental Vida aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor bruto, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

*i) Operações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) *Ativos tangíveis*

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) *Ativos intangíveis*

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede normalmente os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) *Propriedades de investimento*

A Companhia classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento da Companhia encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

*m) Locações*

A Ocidental Vida classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

*n) Caixa e disponibilidades*

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

*o) Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

*p) Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

*q) Dividendos recebidos*

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

*r) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

s) *Benefícios aos empregados*

*Plano de benefício definido*

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Companhia decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente pela Companhia, em 31 dezembro, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. O cálculo é revisto por actuários independentes qualificados. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões.

A Companhia determina o custo (proveito) líquido do juro do exercício relativo ao passivo (activo) líquido do plano de benefício definido, aplicando a taxa de desconto usada na mensuração das responsabilidades desse plano no início do ano sobre o passivo (activo) líquido no início do ano, tendo em consideração qualquer alteração do passivo (activo) líquido ocorrido no exercício, resultante de contribuições efectuadas ou benefícios pagos.

Consequentemente, o custo (proveito) líquido do juro inclui o custo do juro relativo às responsabilidades do plano de benefício definido, líquido do retorno dos activos do plano, ambos calculados usando a taxa de desconto igualmente aplicada na determinação das responsabilidades do plano de benefício definido.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas actuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores reais obtidos (“ajustamentos de experiência”), e de alterações nesses pressupostos actuariais, e; (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os activos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

A Companhia reconhece anualmente como custo na demonstração de resultados o montante que inclui: (i) custo do serviço corrente; (ii) custo (proveito) líquido do juro; (iii) custo serviço passado, e; (iv) efeitos de liquidação ou alterações ao plano.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

*Plano de contribuição definida*

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

*Benefícios de saúde*

A Companhia assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador na Companhia até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades da Companhia com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### *Sistema de incentivos baseado em ações*

À data de 31 de dezembro de 2014, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

#### *t) Impostos sobre lucros*

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

#### *u) Segmentos operacionais*

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Ocidental Vida encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Contratos de seguro vida tradicional
- Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária
- Contratos *unit-linked*

As atividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

#### *v) Resultados por ação*

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## **II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

#### *Provisões técnicas*

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

#### *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos a justo valor*

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### *Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos a deter até à maturidade*

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Companhia como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada.

Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### *Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### *Imparidade dos ativos de longo prazo*

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

#### *Impostos sobre os lucros*

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou seis no caso de apurados prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## II.3 Segmentos operacionais

	2014				2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	152.256.470	651.291.628	-	803.548.098	155.877.174	437.754.857	-	593.632.031
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	34.970.959	34.970.959	-	-	62.982.600	62.982.600
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(43.862.403)	(809.890.240)	-	(853.752.643)	(59.006.479)	(776.011.646)	-	(835.018.125)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(20.111.873)	88.419.143	-	68.307.270	(2.474.690)	271.416.771	-	268.942.081
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(5.243.588)	(12.510.997)	-	(17.754.585)	(5.805.389)	(34.484.258)	-	(40.289.647)
Custos e gastos de exploração líquidos	(20.362.567)	(24.445.946)	(18.424.355)	(63.232.868)	(18.826.920)	(23.985.957)	(22.068.798)	(64.881.675)
Rendimentos	9.346.455	125.680.843	-	135.027.298	8.810.317	135.424.785	-	144.235.102
Gastos financeiros	(846.842)	(6.576.963)	(5.831.478)	(13.255.283)	(951.452)	(7.237.661)	(8.773.044)	(16.962.157)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(383.432)	(20.429.658)	(9.639)	(20.822.729)	8.405	(772.486)	(9.602)	(773.683)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	31.998	467.001	-	498.999	84.700	496.002	-	580.702
<b>Margem técnica</b>	<b>70.824.218</b>	<b>(7.995.189)</b>	<b>10.705.487</b>	<b>73.534.516</b>	<b>77.715.666</b>	<b>2.600.407</b>	<b>32.131.156</b>	<b>112.447.229</b>
Proveito dos investimentos				6.275.235				9.007.129
Mais/(menos) valias realizadas				10.806.019				2.980.989
Despesas gerais				(272.749)				(294.110)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				(5.280.314)				(102.897)
<b>Resultado não técnico</b>				<b>11.528.191</b>				<b>11.591.111</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>				<b>85.062.707</b>				<b>124.038.340</b>

## II.4 Notas à demonstração dos resultados

### Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios brutos emitidos são analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Contratos de seguro	175.284.591	181.958.669
Contratos de investimento com participação		
nos resultados discricionária	651.291.628	437.754.857
<b>Prémios brutos emitidos</b>	<b>826.576.219</b>	<b>619.713.526</b>
Contratos de seguro	(23.028.121)	(26.081.495)
<b>Prémios resseguro cedido</b>	<b>(23.028.121)</b>	<b>(26.081.495)</b>
<b>Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro</b>	<b>803.548.098</b>	<b>593.632.031</b>

Os prémios brutos emitidos incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	144.935.027	149.697.293
Relativos a contratos de grupo	681.641.192	470.016.233
	<b>826.576.219</b>	<b>619.713.526</b>
Periódicos	220.745.931	228.032.059
Não periódicos	605.830.288	391.681.467
	<b>826.576.219</b>	<b>619.713.526</b>
De contratos sem participação nos resultados	140.994.832	166.948.062
De contratos com participação nos resultados	685.581.387	452.765.463
	<b>826.576.219</b>	<b>619.713.526</b>
Resultado resseguro cedido	<b>1.561.209</b>	<b>(2.542.242)</b>

### Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 34.971.000 (2013: Euro 62.983.000), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

### Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros são analisados como segue:

	2014			2013			Eur
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	
Sinistros pagos							
Montantes brutos	62.365.409	810.510.909	872.876.318	62.162.436	765.094.877	827.257.313	
Parte dos resseguradores	(14.337.442)	-	(14.337.442)	(13.627.783)	-	(13.627.783)	
	48.027.967	810.510.909	858.538.876	48.534.653	765.094.877	813.629.530	
Varição da provisão para sinistros							
Montantes brutos	(2.423.491)	(717.279)	(3.140.770)	9.787.929	10.814.886	20.602.815	
Parte dos resseguradores	(2.150.092)	-	(2.150.092)	342.694	-	342.694	
	(4.573.583)	(717.279)	(5.290.862)	10.130.623	10.814.886	20.945.509	
<b>Total antes custos imputados</b>	<b>43.454.384</b>	<b>809.793.630</b>	<b>853.248.014</b>	<b>58.665.276</b>	<b>775.909.763</b>	<b>834.575.039</b>	
Custos com Sinistros (imputados)			504.629			443.086	
<b>Total</b>			<b>853.752.643</b>			<b>835.018.125</b>	

### Nota 4 – Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2014			Eur
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	
Varição da provisão matemática, líquida de resseguro				
Varição da provisão matemática	20.198.136	(88.419.142)	(68.221.006)	
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(86.264)	-	(86.264)	
	20.111.872	(88.419.142)	(68.307.270)	
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.243.588	12.510.997	17.754.585	
<b>Total</b>	<b>25.355.460</b>	<b>(75.908.145)</b>	<b>(50.552.685)</b>	
	2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	
Varição da provisão matemática, líquida de resseguro				
Varição da provisão matemática - valor bruto	2.546.284	(271.416.772)	(268.870.488)	
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(71.593)	-	(71.593)	
	2.474.691	(271.416.772)	(268.942.081)	
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	5.805.389	34.484.258	40.289.647	
<b>Total</b>	<b>8.280.080</b>	<b>(236.932.514)</b>	<b>(228.652.434)</b>	

## Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	Eur			
	2014			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	19.643.071	15.166.008	17.244.870	52.053.949
Custos de aquisição alocados	1.486.170	1.644.147	199.412	3.329.729
Custos administrativos - comissões	4.810	-	-	4.810
Custos administrativos alocados	7.244.048	7.635.791	980.073	15.859.912
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(8.015.532)	-	-	(8.015.532)
<b>Total</b>	<b>20.362.567</b>	<b>24.445.946</b>	<b>18.424.355</b>	<b>63.232.868</b>
	Eur			
	2013			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição - comissões	20.509.914	15.440.052	17.280.144	53.230.110
Custos de aquisição alocados	1.142.150	1.191.062	311.202	2.644.414
Custos administrativos - comissões	9.937	-	-	9.937
Custos administrativos alocados	7.347.490	7.354.843	4.477.452	19.179.785
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10.182.571)	-	-	(10.182.571)
<b>Total</b>	<b>18.826.920</b>	<b>23.985.957</b>	<b>22.068.798</b>	<b>64.881.675</b>

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui o montante de Euro 51.260.000 (2013: Euro 51.757.000) relacionado com as comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Occidental Vida.

## Nota 6 – Rendimentos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	114.165.618	113.210.377
Rendimentos de ativos a deter até à maturidade	26.761.820	29.606.643
Rendimentos de depósitos bancários	321.699	10.280.149
<b>Total</b>	<b>141.249.137</b>	<b>153.097.169</b>

## Nota 7 – Gastos financeiros

Os gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem aos custos operacionais imputados à função investimentos, no montante de Euro 13.528.000 (2013: Euro 17.256.000).

### **Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas**

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014			2013		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	9.738.734	(318.791)	9.419.943	14.421.695	(10.371.573)	4.050.122
Obrigações de outros emissores	8.256.635	(1.911.378)	6.345.257	20.016.816	(4.341.997)	15.674.819
Ações	13.498.501	(6.964.242)	6.534.259	5.225.722	(2.088.037)	3.137.685
<b>De investimentos disponíveis para venda</b>	<b>31.493.870</b>	<b>(9.194.411)</b>	<b>22.299.459</b>	<b>39.664.233</b>	<b>(16.801.607)</b>	<b>22.862.626</b>
<b>De investimentos a deter até à maturidade</b>	<b>25.958.295</b>	<b>(27.677.968)</b>	<b>(1.719.673)</b>	<b>1.229</b>	<b>(3.075)</b>	<b>(1.846)</b>
<b>Total</b>	<b>57.452.165</b>	<b>(36.872.379)</b>	<b>20.579.786</b>	<b>39.665.462</b>	<b>(16.804.682)</b>	<b>22.860.780</b>

### **Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas**

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	42.669.998	(71.242.352)	113.913.242	85.340.888
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	327.153.538	(50.606.483)	(361.560.798)	(85.013.743)
<b>Total</b>	<b>369.823.536</b>	<b>(121.848.835)</b>	<b>(247.647.556)</b>	<b>327.145</b>

  

	2013			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	11.250.131	(15.350.718)	128.376.497	124.275.910
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	735.778.162	(516.859.726)	(345.309.476)	(126.391.040)
<b>Total</b>	<b>747.028.293</b>	<b>(532.210.444)</b>	<b>(216.932.979)</b>	<b>(2.115.130)</b>

### **Nota 10 – Diferenças de câmbio**

As perdas cambiais no montante de Euro 159.000 (2013: ganhos de Euro 75.000) dizem respeito a Empréstimos concedidos e contas a receber.

### Nota 11 – Imparidade (líquida de reversões)

A imparidade (líquida de reversões) é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
De ativos financeiros disponíveis para venda	16.575.100	5.625.901
De ativos a deter até à maturidade	14.136.229	11.821.756
De propriedades de investimento	-	1.020.746
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	15.828	19.772
<b>Total imparidade</b>	<b>30.727.157</b>	<b>18.488.175</b>

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a imparidade reconhecida nos activos a deter até à maturidade diz respeito a obrigações *corporate*. Em 2014, o reforço da imparidade nestas obrigações foi efectuado considerando um valor recuperável estimado de 51% (2013: 78%). À data do Balanço, a Companhia já procedeu à venda destas obrigações, da qual resultou uma perda realizada adicional de 2%.

### Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica Outros rendimentos técnicos, no montante de Euro 499.000 (2013: Euro 581.000), respeita ao proveito decorrente de penalizações por resgates antecipados.

### Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Gastos com pessoal		
Remunerações - órgãos sociais	284.979	613.019
Remunerações - pessoal	6.604.281	4.995.107
Encargos sobre remunerações	1.229.559	904.958
Benefícios pós emprego	161.026	375.666
Seguros obrigatórios	311.373	216.941
Gastos de acção social	39.291	55.703
Outros gastos	579.552	200.718
	9.210.061	7.362.112
Fornecimentos e serviços externos	11.170.091	12.332.680
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	183.492	206.921
Equipamento de transporte e outro equipamento	15.449	2.038
Equipamento informático	80.129	52.195
	279.070	261.154
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	999.315	928.107
Outros	11.563.765	18.639.499
<b>Total</b>	<b>33.222.302</b>	<b>39.523.552</b>

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos inclui os honorários facturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A. (incluindo o IVA à taxa aplicável), com relação aos seguintes serviços prestados:

	<u>2014</u>	<u><i>Eur</i></u> <u>2013</u>
Auditoria	182.331	204.243
Auditoria - Serviços relacionados	10.959	10.959
Consultoria fiscal	12.706	21.020
Outros serviços	4.501	-
<b>Total</b>	<b><u>210.497</u></b>	<b><u>236.222</u></b>

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem o montante de Euro 666.000 (2013: 694.000) relativos a Impostos e taxas, o montante de Euro 1.007.000 (2013: Euro 1.568.000) de Juros suportados, o montante de Euro 10.765.000 (2013: Euro 13.347.000) relativos a Comissões e outros gastos decorrentes da utilização de serviços bancários e Euro 874.000, relativos a reversão de outras provisões (2013: Euro 3.030.000, de dotação de outras provisões).

Os custos e gastos por natureza foram imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

	<u>2014</u>	<u><i>Eur</i></u> <u>2013</u>
Custos com sinistros	504.629	443.086
Custos e gastos de exploração		
Custos de aquisição	3.329.729	2.644.414
Custos administrativos	15.859.912	19.179.785
Custos de gestão de investimentos		
Alocados à conta técnica de seguros vida	13.255.283	16.962.157
Alocados à conta não técnica	272.749	294.110
<b>Total</b>	<b><u>33.222.302</u></b>	<b><u>39.523.552</u></b>

Em 31 de dezembro de 2014 o número médio de colaboradores da Companhia ascendia a 137 (2013: 107).

## II.5 Notas ao balanço

### *Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem*

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

## Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014		2013		Eur
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional	
Derivados					
Swaps taxa juro	155.184.867	5.214.551.476	189.160.751	6.151.786.476	
FRA	234.062	41.500.000	213.744	41.500.000	
<b>Total</b>	<b>155.418.929</b>	<b>5.256.051.476</b>	<b>189.374.495</b>	<b>6.193.286.476</b>	
Dos quais:					
Nível 1	-	-	-	-	
Nível 2	155.418.929	5.256.051.476	189.374.495	6.193.286.476	
Nível 3	-	-	-	-	
	<b>155.418.929</b>	<b>5.256.051.476</b>	<b>189.374.495</b>	<b>6.193.286.476</b>	

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2014			2013			Eur
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	
Dívida pública	959.438.901	185.370.377	1.144.809.278	763.443.637	18.980.447	782.424.084	
Obrigações de outros emissores	2.869.372.512	49.836.639	2.919.209.151	3.687.840.020	170.994.155	3.858.834.175	
Ações	696.728.851	41.294.120	738.022.971	399.031.806	28.943.834	427.975.640	
<b>Total</b>	<b>4.525.540.264</b>	<b>276.501.136</b>	<b>4.802.041.400</b>	<b>4.850.315.463</b>	<b>218.918.436</b>	<b>5.069.233.899</b>	
Dos quais:							
Nível 1			2.239.798.666			2.055.961.874	
Nível 2			2.562.242.734			3.013.272.025	
Nível 3			-			-	
			<b>4.802.041.400</b>			<b>5.069.233.899</b>	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	<i>Eur</i>			
	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	1.144.809.278	-	782.424.084	-
Obrigações de outros emissores	356.966.418	2.562.242.734	845.562.150	3.013.272.025
Ações	738.022.971	-	427.975.640	-
	<u>2.239.798.666</u>	<u>2.562.242.734</u>	<u>2.055.961.874</u>	<u>3.013.272.025</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

					<i>Eur</i>			
	2014				2013			
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total
Dívida pública	1.798.078.823	183.761.542	-	1.981.840.365	1.651.978.546	2.388.477		1.654.367.023
Obrigações outros emissores	1.841.681.058	62.999.926	(13.932.483)	1.890.748.501	2.249.505.084	31.331.152	(65.214)	2.280.771.022
Ações	322.793.456	5.920.655	(9.766.248)	318.947.863	261.649.936	30.770.895	(7.201.658)	285.219.173
Juros a receber	80.095.530	-	-	80.095.530	80.190.555	-		80.190.555
<b>Total</b>	<b>4.042.648.867</b>	<b>252.682.123</b>	<b>(23.698.731)</b>	<b>4.271.632.259</b>	<b>4.243.324.121</b>	<b>64.490.524</b>	<b>(7.266.872)</b>	<b>4.300.547.773</b>

  

Dos quais:								
Nível 1				4.248.719.416				4.270.797.148
Nível 2				22.912.843				29.750.625
Nível 3				-				-
				<u>4.271.632.259</u>				<u>4.300.547.773</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, informação adicional por nível pode ser apresentada como se segue:

	<i>Eur</i>			
	2014		2013	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Dívida pública	2.020.838.177		1.680.846.766	-
Obrigações de outros emissores	1.908.934.126	22.912.093	2.304.835.746	29.646.088
Ações	318.947.113	750	285.114.636	104.537
	<u>4.248.719.416</u>	<u>22.912.843</u>	<u>4.270.797.148</u>	<u>29.750.625</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

## Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade correspondem aos activos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e podem ser analisados como segue:

	31 Dezembro 2014			31 Dezembro 2013			Na data de transferência				Eur
	Custo amortizado	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31 Dez 2014	Custo amortizado	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31 Dez 2013	Valor de Balanço reclassificado de activos disponíveis para venda (a)	Reserva de justo valor	Cash flows futuros (b)	Taxa de juro efetiva (c)	
Dívida pública	445.557.286	585.094.229	83.894.220	475.043.690	561.459.455	61.206.762	481.346.191	(174.089.431)	893.264.338	10.3%	
Obrigações de outros emissores	85.663.545	92.669.733	17.571.552	137.497.605	144.536.890	14.768.316	163.903.867	(23.378.682)	217.372.176	6.2%	
<b>Total</b>	<b>531.220.831</b>	<b>677.763.962</b>	<b>101.465.772</b>	<b>612.541.295</b>	<b>705.996.345</b>	<b>75.975.078</b>	<b>645.250.058</b>	<b>(197.468.113)</b>	<b>1.110.636.514</b>		
Juro decorrido	9.798.158			10.503.079							
<b>Total</b>	<b>541.018.989</b>			<b>623.044.374</b>							

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Os ativos a deter até à maturidade são analisados como se segue:

	2014					Eur
	Custo	Reserva reavaliação	Imparidade	Juro decorrido	Total	
Dívida pública	535.752.497	(90.195.211)	-	9.347.812	454.905.098	
Obrigações de outros emissores	91.470.675	(5.807.130)	-	450.346	86.113.891	
<b>Total</b>	<b>627.223.172</b>	<b>(96.002.341)</b>	<b>-</b>	<b>9.798.158</b>	<b>541.018.989</b>	
	2013					
	Custo	Reserva reavaliação	Imparidade	Juro decorrido	Total	
Dívida pública	587.926.358	(112.882.669)	-	9.957.053	485.000.742	
Obrigações de outros emissores	157.929.727	(8.610.365)	(11.821.756)	546.026	138.043.632	
<b>Total</b>	<b>745.856.085</b>	<b>(121.493.034)</b>	<b>(11.821.756)</b>	<b>10.503.079</b>	<b>623.044.374</b>	

Se a reclassificação anteriormente mencionada não tivesse ocorrido, os valores adicionais a reconhecer na reserva de reavaliação seriam como segue:

	<i>Eur</i>			
	2014	2013	2012	2011
Reserva de justo valor	146.543.130	93.455.050	93.359.506	(107.427.692)
Impostos diferidos	(46.161.086)	(29.438.341)	(27.074.257)	26.856.923
	<u>100.382.044</u>	<u>64.016.709</u>	<u>66.285.249</u>	<u>(80.570.769)</u>

## Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.867.163)	(2.683.671)
Imparidade	(5.004.568)	(5.004.568)
<b>Saldo no final do ano</b>	<b><u>3.244.849</u></b>	<b><u>3.428.341</u></b>
<b>Justo valor</b>	<b><u>3.504.800</u></b>	<b><u>3.504.800</u></b>

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

Em 2013, foi efetuada uma avaliação independente no sentido de avaliar o justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento. Em resultado dessa avaliação foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de Euro 1.021.000. Em 2014, atendendo à inexistência de indicadores de imparidade adicionais, a Companhia não solicitou a reavaliação deste activo.

## Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Equipamento		
Equipamento informático	471.771	341.561
Equipamento administrativo	7.876	150.684
Outro equipamento	1.420.111	1.419.987
	1.899.758	1.912.232
Amortizações acumuladas	(252.373)	(678.984)
<b>Saldo líquido</b>	<b><u>1.647.385</u></b>	<b><u>1.233.248</u></b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<i>Eur</i>		
	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento
	Total		
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	341.561	150.684	1.419.987
Aquisições	195.428	7.876	306.411
Abates	(65.218)	(150.684)	(306.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	471.771	7.876	1.420.111
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(201.250)	(150.684)	(327.050)
Amortizações do exercício	(80.129)	(4.338)	(11.111)
Abates	65.218	150.684	306.287
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(216.161)	(4.338)	(31.874)
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2013</b>	<b>140.311</b>	<b>-</b>	<b>1.092.937</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2014</b>	<b>255.610</b>	<b>3.538</b>	<b>1.388.237</b>

## Nota 22 – Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	<i>Eur</i>
	Software
<b>Custo de aquisição</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.416.944
Aquisições	1.448.718
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>9.865.662</b>
<b>Amortização acumulada</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.187.165)
Amortizações do exercício	(999.315)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(4.186.480)</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2013</b>	<b>5.229.779</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro 2014</b>	<b>5.679.182</b>

## Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Provisão matemática	211.527.936	3.967.952.009	4.179.479.945
Provisão para sinistros	34.645.815	18.716.716	53.362.531
Provisão para participação nos resultados	418.884	133.364.765	133.783.649
Atribuída	418.884	29.392.486	29.811.370
A atribuir	-	103.972.279	103.972.279
<b>Total bruto</b>	<b>246.592.635</b>	<b>4.120.033.490</b>	<b>4.366.626.125</b>
Provisão matemática	927.372	-	927.372
Provisão para sinistros	2.629.478	-	2.629.478
<b>Total resseguro</b>	<b>3.556.850</b>	<b>-</b>	<b>3.556.850</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>243.035.785</b>	<b>4.120.033.490</b>	<b>4.363.069.275</b>

  

	Eur		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Provisão matemática	191.329.798	4.029.881.002	4.221.210.800
Provisão para sinistros	37.069.405	19.433.996	56.503.401
Provisão para participação nos resultados	716.300	46.382.010	47.098.310
Atribuída	716.300	43.371.641	44.087.941
A atribuir	-	3.010.369	3.010.369
<b>Total bruto</b>	<b>229.115.503</b>	<b>4.095.697.008</b>	<b>4.324.812.511</b>
Provisão matemática	841.108	-	841.108
Provisão para sinistros	479.386	-	479.386
<b>Total resseguro</b>	<b>1.320.494</b>	<b>-</b>	<b>1.320.494</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>227.795.009</b>	<b>4.095.697.008</b>	<b>4.323.492.017</b>

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, estão classificados como contratos de investimento.

Adicionalmente, de acordo com o IFRS 4, a Companhia efectuou um teste de adequação das responsabilidades. Em resultado deste teste, à data de 31 de dezembro de 2014, as provisões técnicas incluem um reforço no montante de Euro 25.000.000 (2013: Euro 34.800.000). O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 34).

A provisão para sinistros, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 7.699.000 (2013: Euro 7.699.000) relativo a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para participação nos resultados corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática.

	Eur	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	47.098.310	46.237.271
Montantes pagos	(32.031.156)	(42.438.977)
Estimativa de montantes a atribuir	17.754.585	40.289.647
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow")	100.961.910	3.010.369
<b>Total</b>	<b>133.783.649</b>	<b>47.098.310</b>

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao “*shadow*”, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2014 o ajustamento do “*shadow*” totaliza Euro 103.972.000 (2013: Euro 3.010.0000).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, pode ser atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Participação nos resultados a atribuir, 1 janeiro	<b>3.010.369</b>	<b>6.468</b>
Libertação, de acordo com plano participação	-	(6.468)
Reforço, de acordo com plano participação	100.961.910	3.010.369
Total, 31 dezembro	<b>103.972.279</b>	<b>3.010.369</b>
Participação nos resultados atribuída, 1 janeiro	<b>44.087.941</b>	<b>46.230.803</b>
Distribuída no ano	(32.031.156)	(42.438.977)
Atribuída - contratual	17.754.585	40.296.115
Total, 31 dezembro	<b>29.811.370</b>	<b>44.087.941</b>
Participação nos resultados, 31 dezembro	<b>133.783.649</b>	<b>47.098.310</b>

## Nota 24 – Benefícios a empregados

### *Pensões de reforma e outros benefícios*

De acordo com os termos dos contratos estabelecidos com os seus trabalhadores, a Companhia é responsável pelo pagamento de pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez, tal como estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo contrato de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora” ou “CCT”. Com a revisão deste contrato, foram introduzidas as seguintes alterações: (i) prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida, e; (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2012.

Com relação ao Plano Complementar, em 31 de outubro de 2013, a Companhia decidiu pela sua liquidação, com a extinção da respectiva responsabilidade.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, a Companhia procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efetuada anualmente, sendo a última com data de referência de 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2014	2013
Numero de participantes		
Ativos	144	109
Reformados e pensionistas	19	17
	<b>163</b>	<b>126</b>

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2014	2013
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectada	Unidade de crédito projectada

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013, são como segue:

	2014				2013				Eur
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades por benefícios	(10.318.267)	(1.994.495)	(146.571)	(12.459.333)	(8.525.960)	(1.143.999)	(89.212)	(9.759.171)	
Justo valor dos ativos do plano	10.321.161	-	-	10.321.161	8.597.796	-	-	8.597.796	
Ativos / (responsabilidades) líquidas do plano	2.894	(1.994.495)	(146.571)	(2.138.172)	71.836	(1.143.999)	(89.212)	(1.161.375)	

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida. O número de colaboradores cobertos por essas apólices ascende a 3 (2013: 3), e o valor total da responsabilidade ascende a Euro 1.086.000 (2013: Euro 1.125.000), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” referem-se ao prémio de permanência considerado no contrato de trabalho revisto para as Companhias de Seguros – “Plano CCT”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014				2013				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Responsabilidades em 1 de janeiro	8.525.960	1.143.999	89.212	9.759.171	11.920.599	1.084.435	112.761	13.117.795	
Custo do serviço corrente	13.530	45.824	16.907	76.261	15.367	42.485	20.964	78.816	
Custo dos juros	290.685	39.508	2.916	333.109	467.684	42.768	4.196	514.648	
Alterações ao Plano decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(69.609)	-	(69.609)	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	81.116	-	-	81.116	
Pagamentos efetuados pelo fundo ou companhia	(490.962)	(34.058)	(31.686)	(556.706)	(547.322)	(30.817)	(12.061)	(590.200)	
(Ganhos) / perdas atuariais	1.589.896	781.001	69.222	2.440.119	521.072	64.496	(36.648)	548.920	
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	-	-	-	-	(4.088.775)	-	-	(4.088.775)	
Programas de reformas antecipadas e pré-reforma	363.036	18.221	-	381.257	169.143	10.241	-	179.384	
Transferência entre fundos	26.122	-	-	26.122	(12.924)	-	-	(12.924)	
Responsabilidades em 31 de dezembro	<b>10.318.267</b>	<b>1.994.495</b>	<b>146.571</b>	<b>12.459.333</b>	<b>8.525.960</b>	<b>1.143.999</b>	<b>89.212</b>	<b>9.759.171</b>	

Em 31 de dezembro de 2013, a alteração do plano nos “Outros benefícios” correspondeu ao impacto da alteração da idade da reforma em Portugal, de acordo com o Decreto-lei 167-E/2013.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

	2014				2013				<i>Eur</i>
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	
Custo do serviço corrente	13.530	45.824	16.907	76.261	15.367	42.485	20.964	78.816	
Líquido do rendimento esperado do fundo e custo dos juros	62.164	39.508	2.916	104.588	95.662	42.768	4.196	142.626	
Alterações ao Plano decorrentes de alterações introduzidas no RGSS	-	-	-	-	-	(69.609)	-	(69.609)	
(Ganhos) / perdas atuariais	-	-	69.222	69.222	-	-	(36.648)	(36.648)	
Liquidação do Plano Complementar de Reposição de Benefícios	-	-	-	-	81.116	-	-	81.116	
Plano de reformas antecipadas e pré-reformas	363.036	18.221	-	381.257	169.143	10.241	-	179.384	
Transferência entre fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Custo do exercício	<b>438.730</b>	<b>103.553</b>	<b>89.045</b>	<b>631.328</b>	<b>361.288</b>	<b>25.885</b>	<b>(11.488)</b>	<b>375.685</b>	

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	8.597.796	12.028.214
Contribuições da sociedade	1.714.225	666.126
Pagamentos efetuados pelo fundo	(490.962)	(547.322)
Retorno esperado do fundo	228.521	372.022
Ganhos / (perdas) atuariais do fundo	245.459	180.455
Efeito da liquidação do Plano complementar/transferências entre associados	26.122	(4.101.699)
Saldo em 31 de dezembro	<b>10.321.161</b>	<b>8.597.796</b>

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pela Companhia ascenderam a Euro 1.714.000 (2013: Euro 666.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2014, a Companhia contribuiu com o montante de Euro 123.000 (2013: Euro 131.000) para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida, iniciado em 2012.

Os ganhos/(perdas) atuariais em 2014 e 2013, reconhecidas no outro rendimento integral, são analisadas como segue:

	2014			2013		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
Saldo em 1 de janeiro	3.116.848	437.480	3.554.328	2.776.231	372.984	3.149.215
(Ganhos) / perdas atuariais nas responsabilidades	1.589.896	781.001	2.370.897	521.072	64.496	585.568
(Ganhos) / perdas atuariais do fundo	(245.459)	-	(245.459)	(180.455)	-	(180.455)
Saldo em 31 de dezembro	<b>4.461.285</b>	<b>1.218.481</b>	<b>5.679.766</b>	<b>3.116.848</b>	<b>437.480</b>	<b>3.554.328</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os (ganhos)/perdas atuariais resultantes da alterações dos pressupostos atuariais foram de Euro 2.378.000 e Euro 871.000, respetivamente.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2014				2013			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Ativos / (responsabilidades) 1 janeiro em Balanço	71.836	(1.143.999)	(89.212)	(1.161.375)	107.615	(1.084.435)	(112.761)	(1.089.581)
Custo do Exercício	(438.730)	(103.553)	(89.045)	(631.328)	(361.288)	(25.885)	11.488	(375.685)
(Ganhos) / perdas atuariais	(1.344.437)	(781.001)	-	(2.125.438)	(340.617)	(64.496)	-	(405.113)
Benefícios pagos pela companhia	-	34.058	31.686	65.744	-	30.817	12.061	42.878
Contribuições dos empregados e outras	1.714.225	-	-	1.748.283	666.126	-	-	696.943
Ativos / (responsabilidades) 31 dezembro em Bala	<b>2.894</b>	<b>(1.994.495)</b>	<b>(146.571)</b>	<b>(2.138.172)</b>	<b>71.836</b>	<b>(1.143.999)</b>	<b>(89.212)</b>	<b>(1.161.375)</b>

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	2014	2013
Títulos de rendimento variável	2.541.441	2.221.512
Títulos de rendimento fixo	6.711.617	5.776.057
Imóveis	279.799	129.603
Outros	788.304	470.624
	<b>10.321.161</b>	<b>8.597.796</b>

Adicionalmente, à data de 31 de dezembro de 2014, a exposição do fundo de pensões da Companhia a activos do Grupo é como segue:

	2014
Títulos de rendimento variável	28.336
Outros	917.989
	<b>946.324</b>

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Impacto no custo com pensões	20.661	7.367
Impacto nas responsabilidades	319.119	183.040

As análises de sensibilidade à taxa de desconto, crescimento salarial futuro e crescimento futuro das pensões apresentam-se como segue:

	<b>Impacto alteração de pressupostos financeiros</b>	
	<b>-1,00%</b>	<b>1,00%</b>
	<i>Eur</i>	<i>Eur</i>
Taxa de Desconto	2.079.890	(1.642.880)
Taxa de Crescimento das Pensões	(1.360.201)	1.616.678
Taxa de Crescimento dos Salários	(239.217)	290.738

	<b>Impacto alteração de pressupostos demograficos</b>	
	<b>+1 ano</b>	
	<i>Eur</i>	
Alteração da Tábua de Mortalidade	438.651	

## Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Tomadores de seguros	10.223.236	3.360.963
Mediadores de seguros	12.608	12.592
Resseguradores	29.994	-
	10.265.838	3.373.555
Imparidade	(53.530)	(37.703)
<b>Total</b>	<b>10.212.308</b>	<b>3.335.852</b>
Outros devedores	1.366.713	1.246.160
<b>Total Outros devedores</b>	<b>1.366.713</b>	<b>1.246.160</b>
<b>Total</b>	<b>11.579.021</b>	<b>4.582.012</b>

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto - tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euro 10.221.000 (2013: Euro 3.359.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Saldo no início do ano	37.703	17.931
Dotação do exercício	15.827	19.772
<b>Saldo no final do ano</b>	<b>53.530</b>	<b>37.703</b>

## Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

A Ocidental Vida determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 31,5% (taxa nominal de 23% mais 8,5% de derramas municipais e estaduais). Adicionalmente, no seguimento da aprovação do Orçamento de Estado para 2015 pelo Governo Português, no fim de dezembro 2014, o qual determinou uma redução de 2% na taxa nominal de imposto a partir de 1 janeiro, a Companhia aplicou uma taxa de imposto de 29,5% para cálculo dos impostos diferidos associados às diferenças temporárias existente em 31 de dezembro de 2014.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Ativos por impostos correntes	-	1.745.276
Ativos por impostos diferidos	10.277.013	6.438.304
<b>Ativos por impostos</b>	<b>10.277.013</b>	<b>8.183.580</b>
Passivos por impostos correntes	24.022.432	7.734.778
<b>Passivos por impostos</b>	<b>24.022.432</b>	<b>7.734.778</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	<i>Eur</i>		<i>Eur</i>		<i>Eur</i>	
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros	-	-	56.346	(6.873.102)	56.346	(6.873.102)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	7.408.831	10.958.848	-	-	7.408.831	10.958.848
Provisões	1.194.492	1.417.839	-	-	1.194.492	1.417.839
Outros (incluindo benefícios a empregados)	1.617.344	934.719	-	-	1.617.344	934.719
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>10.220.667</b>	<b>13.311.406</b>	<b>56.346</b>	<b>(6.873.102)</b>	<b>10.277.013</b>	<b>6.438.304</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2014 e 2013 foi reconhecido como segue:

	<i>Eur</i>		<i>Eur</i>	
	2014		2013	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva
Ativos financeiros	-	6.929.448	400.879	(8.792.742)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(3.550.017)	-	(3.335.250)	-
Provisões	(223.347)	-	1.001.685	-
Outros	(37.444)	720.069	118.898	19.026
<b>Impostos diferidos ativos/ (passivos)</b>	<b>(3.810.808)</b>	<b>7.649.517</b>	<b>(1.813.788)</b>	<b>(8.773.716)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2014 e 2013 é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Imposto corrente	(26.187.358)	(36.121.631)
Imposto diferido	(3.810.808)	(1.813.788)
Total do imposto reconhecido em resultados	<b>(29.998.166)</b>	<b>(37.935.419)</b>

O imposto sobre o rendimento reconhecido em capital próprio em 2014 e 2013 é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Imposto reconhecido na reserva de reavaliação		
Imposto corrente	(68.159.067)	(36.817.792)
Imposto diferido	24.078.010	22.826.403
	<b>(44.081.057)</b>	<b>(13.991.389)</b>
Ganhos / (perdas) atuariais		
Imposto diferido	739.096	19.026
<b>Total</b>	<b>(43.341.961)</b>	<b>(13.972.363)</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Resultado antes de impostos	85.062.707	124.038.340
Taxa de imposto	31,5%	31,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	26.794.753	39.072.077
Tributação autónoma	92.179	29.774
Outras diferenças permanentes	3.111.234	(1.166.432)
	<b>29.998.166</b>	<b>37.935.419</b>

## ***Nota 27 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento***

Esta rubrica no montante de Euro 5.463.647.000 (2013: Euro 5.616.776.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de *unit linked*. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios definidos no IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2. A avaliação destes passivos é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

## Nota 28 – Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Passivos subordinados	120.000.000	-
Depósitos recebidos de resseguradores	7.493.160	8.428.131
<b>Total</b>	<b>127.493.160</b>	<b>8.428.131</b>

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Adicionalmente, no contexto das medidas implementadas com vista à gestão/optimização do capital da Companhia, os Outros passivos financeiros incluem o montante de Euro 120.000.000, relativo a um empréstimo subordinado concedido pelo único accionista - Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A.-, de acordo com o contrato datado de 5 de dezembro de 2014. Este contrato, sem maturidade, estabelece uma remuneração de 4,75% durante um período de 5 anos, e Euribor 6 meses + *spread* de 475 pb, para os períodos seguintes.

## Nota 29 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

	Eur	
	2014	2013
Tomadores de seguros e intermediários	12.627.169	13.132.359
Resseguradores	2.559.319	3.815.484
<b>Credores por operações de seguro e resseguro</b>	<b>15.186.488</b>	<b>16.947.843</b>
Outros credores	11.356.490	268.280.252
<b>Total</b>	<b>26.542.978</b>	<b>285.228.095</b>

A rubrica de Tomadores de seguros e intermediários inclui o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euro 12.627.000 (2013: Euro 12.578.000), ao abrigo do acordo de distribuição celebrado com a Ocidental Vida.

Os Outros credores incluem o montante de Euro 7.679.000 (2013: Euro 103.000.000) relativo a operações por liquidar resultantes da aquisição de activos financeiros no fim do ano.

Adicionalmente, em 2013, a rubrica de Outros credores incluía um empréstimo celebrado com a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A., no montante de Euro 162.700.000, o qual foi reembolsado durante primeiro semestre de 2014.

## Nota 30 – Acréscimos e diferimentos

Em 2013, a rubrica de acréscimos de custos incluía maioritariamente o montante de Euro 3.737.000, relativo a *fees* de gestão dos *unit linked* a pagar ao gestor de ativos da Companhia. Em 2014, não existem valores pendentes com esta entidade.

### **Nota 31 – Outras Provisões**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta conta é analisado como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	4.923.291	1.893.629
Dotação/(reversão) líquida do exercício	(874.165)	3.029.662
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>4.049.126</b>	<b>4.923.291</b>

No âmbito do processo de reestruturação em curso através de um programa de pré-reformas, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tem uma provisão registada no montante de Euro 1.308.000 (2013: Euro 1.712.000). A reversão do exercício acima indicada inclui o montante de Euro 381.257, relativo às transferências efectuadas para o Fundo de Pensões da Companhia, em resultado dos empregados que aderiram ao plano em 2014 (ver nota 24).

## **II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio**

### **Nota 32 – Capital, reserva de justo valor, resultados transitados e outras reservas**

#### **Capital**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Ocidental Vida, no montante de Euro 23.375.000, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.475.000 ações, com o valor nominal de Euro 5 cada.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é detida a 100% pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., com sede na Avenida Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10 em Porto Salvo, a qual elabora as demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)**

A reserva de justo valor corresponde: (i) ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 d), e; (ii) as perdas líquidas acumuladas dos activos reclassificados para a categoria de investimentos detidos até à maturidade, na data da sua reclassificação, que serão amortizadas até à maturidade dos activos transferidos (ver nota 19).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2014 e 2013, são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2014	2013
Saldo em 01 de janeiro	64.490.524	9.197.003
Ajustamentos no justo valor	190.842.547	54.944.732
Vendas	(2.650.948)	348.789
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>252.682.123</b>	<b>64.490.524</b>

A reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda pode detalhar-se como se segue:

	<i>Eur</i>	
	2014	2013
Custo amortizado	4.042.648.867	4.243.324.121
Imparidade	(23.698.731)	(7.266.872)
Custo amortizado, líquido de imparidade	4.018.950.136	4.236.057.249
Justo valor	4.271.632.259	4.300.547.773
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	252.682.123	64.490.524
Participação nos resultados a atribuir	(103.972.279)	(3.010.369)
<b>Reserva reavaliação de investimentos disponíveis para venda</b>	<b>148.709.844</b>	<b>61.480.155</b>
<b>Reserva reavaliação de investimentos detidos até à maturidade</b>	<b>(96.002.342)</b>	<b>(121.493.034)</b>
<b>Total</b>	<b>52.707.502</b>	<b>(60.012.879)</b>

## Outras reservas

### Reserva por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de imposto resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos na nota II.1 t). Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a activos financeiros afectos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas flutuações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva

### Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Ocidental Vida tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do Capital social. Esta reserva não se encontra disponível para distribuição.

### Resultados transitados

Em 2014, a Companhia distribuiu dividendos no montante de Euro 25.000.000 e Euro 310.000.000, respectivamente em Maio e Novembro.

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2014 é analisado como se segue:

	<i>Eur</i>									
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido
Capital	22.375.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	252.682.123	(98.753.465)	153.928.658	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(96.002.342)	24.000.586	(72.001.756)	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(103.972.279)	30.671.822	(73.300.457)	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	255.724.251	-
Outras reservas	-	-	-	-	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.064.541
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(4.940.669)	-	-
<b>Saldo 31 dezembro 2014</b>	<b>22.375.000</b>	<b>52.707.502</b>	<b>(44.081.057)</b>	<b>8.626.445</b>	<b>22.375.000</b>	<b>948.335</b>	<b>35.779.023</b>	<b>(178.467)</b>	<b>255.724.251</b>	<b>55.064.541</b>
										<b>400.714.128</b>

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2013 é analisado como se segue:

	Reservas de reavaliação				Reserva legal	Reserva estatutária	Prémio de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido							
Capital	22.375.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.375.000
Reservas de reavaliação - DPV, líquida	-	64.490.523	(45.312.914)	19.177.609	-	-	-	-	-	-	19.177.609
Reservas de reavaliação DPV transferidos para IDM, líquida	-	(121.493.035)	30.373.259	(91.119.776)	-	-	-	-	-	-	(91.119.776)
Participação nos resultados a atribuir ("Shadow"), líquida	-	(3.010.369)	948.266	(2.062.103)	-	-	-	-	-	-	(2.062.103)
Resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	504.621.330	-	504.621.330
Outras reservas	-	-	-	-	22.375.000	948.335	35.779.023	4.762.202	-	-	63.864.560
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.102.921	86.102.921
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(3.535.301)	-	-	(3.535.301)
<b>Saldo 31 dezembro 2013</b>	<b>22.375.000</b>	<b>(60.012.881)</b>	<b>(13.991.389)</b>	<b>(74.004.270)</b>	<b>22.375.000</b>	<b>948.335</b>	<b>35.779.023</b>	<b>1.226.901</b>	<b>504.621.330</b>	<b>86.102.921</b>	<b>599.424.240</b>

## II.7 Outras notas

### Nota 33 - Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

	Eur	
	2014	2013
Remunerações	284.979	613.019
Contribuições para o fundo de pensões	2.935	9.878
	<b>287.914</b>	<b>622.897</b>

A análise das transações com partes relacionadas em 2014 e 2013 é analisada como segue:

	<i>Eur</i>					
<b>Balanco</b>	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Holding MBCPA	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	125.895.808	-	-	-	-	125.895.808
Empréstimos concedidos e contas receber	485.477.476	-	-	-	-	485.477.476
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.058.636	-	-	-	-	75.058.636
Investimentos a deter até à maturidade	16.957.258	-	-	-	-	16.957.258
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.210.374.887	74.249.149	-	-	-	2.284.624.036
Outros ativos	244.993	7.547	-	-	-	252.540
<b>Total do ativo</b>	<b>2.914.009.058</b>	<b>74.256.696</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.988.265.754</b>
Provisões técnicas	103.194.434	-	-	-	-	103.194.434
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	120.000.000	120.000.000
Outros passivos	12.967.582	467.181	27.240	1.991.601	411.667	15.865.271
<b>Total do passivo</b>	<b>116.162.016</b>	<b>467.181</b>	<b>27.240</b>	<b>1.991.601</b>	<b>120.411.667</b>	<b>239.059.705</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2014</b>	<b>2.797.847.042</b>	<b>73.789.515</b>	<b>(27.240)</b>	<b>(1.991.601)</b>	<b>(120.411.667)</b>	<b>2.749.206.049</b>
<b>Líquido Ativo / (Passivo) 2013</b>	<b>3.690.445.964</b>	<b>74.365.286</b>	<b>(4.162)</b>	<b>(1.072.160)</b>	<b>(162.731.403)</b>	<b>3.601.003.525</b>

	<i>Eur</i>					
<b>Demonstração de resultados</b>	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Holding MBCPA	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5.457.151	-	33.403.442	-	-	38.860.593
Dividendos e juros a receber	90.052.362	3.688.206	-	-	-	93.740.568
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	296.754	-	-	-	-	296.754
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	80.090.315	(513.110)	-	-	-	79.577.205
Outros Proveitos	-	34.665	-	-	-	34.665
<b>Total de proveitos</b>	<b>175.896.582</b>	<b>3.209.761</b>	<b>33.403.442</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>212.509.785</b>
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(10.165.220)	-	(18.106.631)	-	-	(28.271.851)
Custos de aquisição	(51.259.988)	-	-	-	-	(51.259.988)
Gastos gerais e administrativos	(5.557.449)	(982.415)	(57.895)	(161.026)	(592.784)	(7.351.569)
<b>Total de custos</b>	<b>(66.982.657)</b>	<b>(982.415)</b>	<b>(18.164.526)</b>	<b>(161.026)</b>	<b>(592.784)</b>	<b>(86.883.408)</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2014</b>	<b>108.913.925</b>	<b>2.227.346</b>	<b>15.238.916</b>	<b>(161.026)</b>	<b>(592.784)</b>	<b>125.626.377</b>
<b>Líquido Proveitos / (Custos) 2013</b>	<b>164.217.536</b>	<b>29.049.679</b>	<b>15.067.150</b>	<b>(387.173)</b>	<b>(1.189.206)</b>	<b>206.757.986</b>

	<i>Eur</i>					
<b>Balanco</b>	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Holding MBCPA	Total
Dividendos pagos	-	-	-	-	335.000.000	335.000.000
<b>Líquido variações no capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>335.000.000</b>	<b>335.000.000</b>

As transações com o Grupo Banco Comercial Português S.A. são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos da Companhia e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares, quando aplicável.

## Nota 34 – Gestão de riscos

“Como parte integrante do Modelo de Governo da Ocidental Vida, a gestão de risco é uma estrutura ativamente estabelecida na organização, que expressa a filosofia de risco, a estratégia e a atitude face ao risco da Companhia”, fonte Regulamento de Risco.

Para a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., assumir riscos é intrínseco à forma como a Companhia cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de *rating*. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos, que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. vê uma gestão de risco sólida como a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável, e, consequentemente, como uma competência nuclear.

### Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem, ainda, a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco, e também define os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

### Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e reporte, dentro da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está implementada uma Taxonomia de Risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente toda a Companhia.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e Específicos de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

### Riscos Estratégicos

Os Riscos Estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e ainda a forma como se quer posicionar para garantir um crescimento contínuo e criar valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, regulatório e económico, ou no panorama competitivo ou ambiente geopolítico.

Na Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. os Riscos Estratégicos são geridos através do processo *Key Risk Reporting* (KRR), o qual contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

## Riscos Financeiros

### Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Uma das principais categorias de risco da Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é o Risco Financeiro. Decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados Riscos de Mercado, de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado Risco de Incumprimento, ou o risco de ser incapaz de atender às exigências financeiras de curto prazo, denominado Risco de Liquidez.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros na Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. fornece a aprovação final da Estratégia de Investimentos;
- As decisões de investimento na Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão do Risco de Mercado, o qual delega no Comité de Investimentos;
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
  - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de *Riscos Financeiros* da Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;
  - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
  - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
  - Apóia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*.
- A Função de Investimentos:
  - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
  - Desenvolve a Estratégia de Investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco, com a regulação em vigor e com a SAA. Caso o Comité de Investimentos delegue essa responsabilidade a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a Função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores contratados, monitorizando essa relação (as suas ações e decisões) por forma a maximizar o retorno;
  - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo Comité de Investimentos/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
  - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O *Risk Officer* tem como principais funções:
  - Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
  - Fornecer um parecer sobre a adequação dos Regulamentos de Risco;
  - Membro do Comité de Risco/Comité de Investimentos;
  - Dar parecer sobre a estratégia global, anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



#### Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



#### **Risco de Incumprimento**

O Risco de Incumprimento reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários, mas também o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e o Risco de Incumprimento, a Taxonomia de Risco da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é elaborada de forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

É possível que uma única contraparte ou várias contrapartes altamente correlacionadas possam originar riscos, tanto no Risco de Mercado como no Risco de Incumprimento. Por exemplo, é possível encontrar exposição ao Risco de *Spread* para um ressegurador via detenção de títulos ou participações, e Risco de Contraparte via proteção de resseguro.

## Risco de Mercado

Os ativos e passivos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc.. Eventos que possam resultar em perdas monetárias ou alterações na situação financeira da Companhia, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. como Risco de Mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o Risco de Mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos. Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o Risco de Câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. (Eur). A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. definiu que todo Risco de Câmbio deverá ser coberto. Apenas os produtos *Unit Linked* estão expostos a risco de câmbio.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros detidos até à maturidade e os fundos de investimentos por tipo de garantia (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2014		2013	
		%		%
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>4.271.632.259</b>	100,0%	<b>4.300.547.773</b>	100,0%
Dívida pública	2.020.838.177	47,3%	1.680.846.766	39,1%
Obrigações	1.931.846.219	45,2%	2.334.481.833	54,3%
Ações	43.641.400	1,0%	43.670.623	1,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	67.599.947	1,6%	66.283.874	1,5%
Ações	45.591.928	1,1%	9.876.645	0,2%
Imobiliário	162.114.588	3,8%	165.388.032	3,8%
Alternativos	-	0,0%	-	0,0%
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>4.802.041.400</b>	100,0%	<b>5.069.233.899</b>	100,0%
Dívida pública	1.144.809.277	23,8%	782.424.084	15,4%
Obrigações	2.919.209.151	60,8%	3.858.834.175	76,1%
Fundos de investimento:				
Obrigações	362.436.823	7,5%	199.492.866	3,9%
Ações	302.969.220	6,3%	184.908.567	3,6%
Imobiliário	20.032.265	0,4%	2.131.053	0,0%
Alternativos	52.584.664	1,1%	41.443.154	0,8%
<b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b>	<b>541.018.989</b>	100,0%	<b>623.044.374</b>	100,0%
Dívida pública	454.905.098	84,1%	485.000.743	77,8%
Obrigações	86.113.891	15,9%	138.043.631	22,2%
<b>Detidos para negociação</b>	<b>155.418.929</b>	100,0%	<b>189.374.495</b>	100,0%
Derivados de negociação	155.418.929	100,0%	189.374.495	100,0%
<b>Total</b>	<b>9.770.111.577</b>		<b>10.182.200.542</b>	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2014	2013
<b>ATIVO [EUR]</b>		
Caixa e disponibilidades	125.895.808	216.013.740
Empréstimos e contas a receber	485.477.476	432.164.065
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	11.579.021	4.582.012
Investimentos a deter até à maturidade	541.018.989	623.044.374
<b>Total</b>	<b>1.163.971.294</b>	<b>1.275.804.191</b>
<b>PASSIVO [EUR]</b>		
Outras responsabilidades financeiras	127.493.160	8.428.131
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	26.542.978	285.228.095
<b>Total</b>	<b>154.036.138</b>	<b>293.656.226</b>

As ações detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	42.842.900	98,2%	38.980.873	89,3%
Consumíveis não cíclicos	798.500	1,8%	4.689.750	10,7%
	<b>43.641.400</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.670.623</b>	<b>100,0%</b>

As obrigações detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.020.838.177	51,1%	1.680.846.766	41,9%	1.144.809.278	28,2%	782.424.084	16,9%	454.905.098	84,1%	485.000.743	77,8%
Instituições financeiras	1.146.645.233	29,0%	1.465.036.586	36,5%	2.527.217.622	62,2%	3.238.609.357	69,8%	16.957.258	3,1%	20.385.627	3,3%
Operações de securitização	40.370.503	1,0%	16.390.003	0,4%	5.693	0,0%	91.816	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Indústria	87.577.776	2,2%	110.154.225	2,7%	43.504.513	1,1%	210.713.781	4,5%	-	0,0%	50.436.162	8,1%
Setores básicos e energéticos	341.379.646	8,6%	331.372.795	8,3%	9.095.831	0,2%	32.819.901	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
Operações hipotecárias	12.495.994	0,3%	15.858.391	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis não cíclicos	27.091.587	0,7%	53.794.312	1,3%	-	0,0%	39.695.015	0,9%	-	0,0%	-	0,0%
Consumíveis cíclicos	71.818.955	1,8%	74.034.430	1,8%	12.131.890	0,3%	5.181.600	0,1%	-	0,0%	-	0,0%
Comunicações	142.934.750	3,6%	181.406.148	4,5%	53.280.507	1,3%	62.148.893	1,3%	-	0,0%	-	0,0%
Matérias primas	10.452.317	0,3%	9.024.419	0,2%	179.625.907	4,4%	178.665.050	3,8%	10.943.062	2,0%	10.495.986	1,7%
Diversos	4.237.870	0,1%	4.194.678	0,1%	94.325.740	2,3%	90.878.510	2,0%	58.213.571	10,8%	56.725.856	9,1%
Energia	46.841.588	1,3%	73.215.847	1,8%	21.448	0,0%	30.252	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
	<b>3.952.684.396</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.015.328.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.064.018.429</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.265.659.023</b>	<b>100,0%</b>	<b>541.018.989</b>	<b>100,0%</b>	<b>697.845.383</b>	<b>100,0%</b>

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING (EUR)	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2014		2013		2014		2013		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	410.976.387	10,4%	446.637.407	11,1%	491.080	0,0%	426.361	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AA	439.483.618	11,1%	614.820.966	15,3%	510.179	0,0%	637.207	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
A	601.498.418	15,2%	508.344.735	12,7%	44.421.721	1,1%	34.719.397	0,7%	-	0,0%	-	0,0%
BBB	558.419.269	14,1%	758.315.293	18,9%	243.712.672	6,0%	240.924.832	5,2%	10.943.062	2,0%	10.495.986	1,7%
BB	1.913.191.670	48,4%	1.480.106.097	36,9%	1.457.757.838	35,9%	1.511.711.100	32,6%	472.856.748	87,4%	514.263.016	82,5%
B	29.093.334	0,8%	161.420.076	4,0%	2.260.563.279	55,6%	2.805.258.679	60,4%	57.219.179	10,6%	98.285.372	15,8%
CCC	-	0,0%	181.921	0,0%	51.398.030	1,3%	47.369.754	1,0%	-	0,0%	-	0,0%
CC	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Sem Rating	21.700	0,0%	45.502.104	1,1%	5.163.629	0,1%	210.928	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>3.952.684.396</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.015.328.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.064.018.428</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.641.258.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>541.018.989</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>
Dívida pública	2.020.838.177	51,1%	1.680.846.766	41,9%	1.144.809.277	28,2%	782.424.084	16,9%	454.905.098	84,1%	485.000.743	77,8%
Obrigações	1.931.846.219	48,9%	2.334.481.833	58,1%	2.919.209.151	71,8%	3.858.834.175	83,1%	86.113.891	15,9%	138.043.631	22,2%
<b>Total</b>	<b>3.952.684.396</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.015.328.599</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.064.018.428</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.641.258.259</b>	<b>100,0%</b>	<b>541.018.989</b>	<b>100,0%</b>	<b>623.044.374</b>	<b>100,0%</b>

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos *ratings* referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

[EUR]	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
<b>Depósitos em Instituições de Crédito</b>				
B	611.373.284	100,0%	648.177.805	100,0%
<b>Seguros e outras operações</b>				
AA	29.995	0,3%	-	0,0%
Sem rating	11.549.026	99,7%	4.582.012	98,2%
	<b>11.579.021</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.582.012</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>622.952.305</b>		<b>652.759.817</b>	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. são decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA (EUR)	Ativos disponíveis para venda				
	Portugal	Luxemburgo	Germany	Total	%
Obrigações	-	67.599.947	-	67.599.947	24,6%
Ações	795.773	9.564.800	35.231.355	45.591.928	16,6%
Imobiliário	162.114.588	-	-	162.114.588	58,8%
<b>Total em dezembro 2014</b>	<b>162.910.361</b>	<b>77.164.747</b>	<b>35.231.355</b>	<b>275.306.463</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	-	66.283.874	-	66.283.874	27,4%
Ações	1.811.565	8.065.080	-	9.876.645	4,1%
Imobiliário	165.388.032	-	-	165.388.032	68,5%
<b>Total em dezembro 2013</b>	<b>167.199.597</b>	<b>74.348.954</b>		<b>241.548.551</b>	<b>100,0%</b>

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA (EUR)	Ativos financeiros ao justo valor									
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	430.340	337.921.437	-	11.884.500	-	-	12.200.546	-	362.436.823	49,1%
Ações	115.190	243.324.840	7.595.288	20.377.771	-	1.800.951	29.755.180	-	302.969.220	41,1%
Imobiliário	-	20.032.265	-	-	-	-	-	-	20.032.265	2,7%
Alternativos	-	15.584.082	-	32.784.568	768.980	-	-	3.447.034	52.584.664	7,1%
<b>Total em dezembro 2014</b>	<b>545.530</b>	<b>616.862.624</b>	<b>7.595.288</b>	<b>65.046.839</b>	<b>768.980</b>	<b>1.800.951</b>	<b>41.955.726</b>	<b>3.447.034</b>	<b>738.022.972</b>	<b>100,0%</b>
Obrigações	421.731	177.733.166	5.970.672	14.825.586	-	-	541.711	-	199.492.866	48,2%
Ações	114.491	170.472.829	-	9.666.610	-	311.366	4.343.271	-	184.908.567	43,5%
Imobiliário	-	2.131.053	-	-	-	-	-	-	2.131.053	0,5%
Alternativos	-	22.608.051	-	8.918.763	7.398.722	-	419.484	2.098.134	41.443.154	7,8%
<b>Total em dezembro 2013</b>	<b>536.222</b>	<b>372.945.099</b>	<b>5.970.672</b>	<b>33.410.959</b>	<b>7.398.722</b>	<b>311.366</b>	<b>5.304.466</b>	<b>2.098.134</b>	<b>427.975.640</b>	<b>100,0%</b>

Nesta categoria de risco está também incluído o *Risco de Concentração*.

Este risco pode decorrer de grandes investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas (ou seja, tendência para entrar em incumprimento em circunstâncias semelhantes), com potencial para originar uma quantidade significativa de perda de capital.

## Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros credores que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

							Eur
<b>Risco de liquidez 2014</b>	<b>&lt;1 mês Maturidade</b>	<b>1-3 meses Maturidade</b>	<b>3-12 meses Maturidade</b>	<b>1-5 anos Maturidade</b>	<b>&gt; 5 anos Maturidade</b>	<b>Sem Maturidade</b>	<b>Total</b>
Ativos financeiros a taxa fixa	141.005.141	401.670.835	730.519.038	1.900.644.224	1.668.724.197	69.492.746	4.912.056.181
Ativos financeiros a taxa variável	33.340.248	38.660.797	39.305.074	154.287.949	37.291.587	-	302.885.655
Outros ativos financeiros	38.035.672	73.816.769	422.196.797	63.791.484	192.650.364	252.547.931	1.043.039.017
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	27.269.055	254.290.522	186.471.310	2.412.541.776	1.898.338.679	738.022.971	5.516.934.313
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>239.650.116</b>	<b>768.438.923</b>	<b>1.378.492.219</b>	<b>4.531.265.433</b>	<b>3.797.004.827</b>	<b>1.060.063.648</b>	<b>11.774.915.166</b>
<b>Ativos Não Financeiros</b>	<b>191.539</b>	<b>383.078</b>	<b>1.799.731</b>	<b>18.219.611</b>	<b>3.871.939</b>	<b>-</b>	<b>24.465.898</b>
<b>Total de Ativos</b>	<b>239.841.655</b>	<b>768.822.001</b>	<b>1.380.291.950</b>	<b>4.549.485.044</b>	<b>3.800.876.766</b>	<b>1.060.063.648</b>	<b>11.799.381.064</b>
Outros passivos financeiros	13.704.992	5.269.826	9.319.130	5.742.190	-	120.000.000	154.036.138
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	13.931.755	110.662.174	623.252.794	2.329.400.900	2.386.399.162	-	5.463.646.785
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>27.636.747</b>	<b>115.932.000</b>	<b>632.571.924</b>	<b>2.335.143.090</b>	<b>2.386.399.162</b>	<b>120.000.000</b>	<b>5.617.682.923</b>
<b>Passivos Não Financeiros</b>	<b>63.153.369</b>	<b>139.753.536</b>	<b>612.236.852</b>	<b>1.110.670.076</b>	<b>2.959.386.390</b>	<b>-</b>	<b>4.885.200.223</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>90.790.116</b>	<b>255.685.536</b>	<b>1.244.808.776</b>	<b>3.445.813.166</b>	<b>5.345.785.552</b>	<b>120.000.000</b>	<b>10.502.883.146</b>

  

<b>Risco de liquidez 2013</b>	<b>&lt;1 mês Maturidade</b>	<b>1-3 meses Maturidade</b>	<b>3-12 meses Maturidade</b>	<b>1-5 anos Maturidade</b>	<b>&gt; 5 anos Maturidade</b>	<b>Sem Maturidade</b>	<b>Total</b>
Ativos financeiros a taxa fixa	217.794.255	379.343.727	1.237.428.397	1.997.355.697	1.059.785.087	-	4.891.707.163
Ativos financeiros a taxa variável	11.858.678	9.426.826	60.848.038	202.452.955	37.820.338	-	322.406.835
Outros ativos financeiros	149.605.492	130.774.434	373.419.636	64.452.703	123.882.047	285.219.174	1.127.353.486
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.343.158	157.689.145	1.054.792.005	2.383.449.482	1.859.309.363	427.975.640	5.904.558.793
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>400.601.583</b>	<b>677.234.132</b>	<b>2.726.488.076</b>	<b>4.647.710.837</b>	<b>3.080.796.835</b>	<b>713.194.814</b>	<b>12.246.026.277</b>
<b>Ativos Não Financeiros</b>	<b>71.110</b>	<b>142.219</b>	<b>711.400</b>	<b>14.875.311</b>	<b>3.661.151</b>	<b>-</b>	<b>19.461.191</b>
<b>Total de Ativos</b>	<b>400.672.693</b>	<b>677.376.351</b>	<b>2.727.199.476</b>	<b>4.662.586.148</b>	<b>3.084.457.986</b>	<b>713.194.814</b>	<b>12.265.487.468</b>
Outros passivos financeiros	37.130.201	24.420.049	20.756.195	211.246.453	90.702	12.626	293.656.226
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	26.963.901	209.716.673	739.360.447	2.733.734.670	1.907.000.332	-	5.616.776.023
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>64.094.102</b>	<b>234.136.722</b>	<b>760.116.642</b>	<b>2.944.981.123</b>	<b>1.907.091.034</b>	<b>12.626</b>	<b>5.910.432.249</b>
<b>Passivos Não Financeiros</b>	<b>43.568.450</b>	<b>169.637.580</b>	<b>589.857.918</b>	<b>1.676.198.075</b>	<b>2.433.245.186</b>	<b>-</b>	<b>4.912.507.209</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>107.662.552</b>	<b>403.774.302</b>	<b>1.349.974.560</b>	<b>4.621.179.198</b>	<b>4.340.336.220</b>	<b>12.626</b>	<b>10.822.939.458</b>

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos, foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo Vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos *Unit Linked* foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

## Riscos com Responsabilidade de Seguros

### Modelo de Governo dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. gere o Risco com Responsabilidade de Seguros através da conjugação dos seus regulamentos de subscrição (*underwriting*), *pricing*, provisionamento e resseguro.

A estrutura de governo do Risco com Responsabilidade de Seguros é resumida como se segue:

- A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição, e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- Definição de Regulamentos de Risco e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o *Risk Officer* é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação a serem desenvolvidas;
- A função de Gestão do Risco é responsável por definir o *Apetite ao Risco* de subscrição bem como o *Apetite ao Risco* de forma agregada, bem como avaliar/gerir os Riscos de Seguros de acordo com as regras e os regulamentos estabelecidos na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.;
- A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- O Comité de Risco é responsável pela recomendação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco da Companhia. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos.

Na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. diversas áreas estão envolvidas na Gestão de Riscos com Responsabilidade de Seguros, tais como a Gestão de Risco, Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

### Subscrição e *Pricing*

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora, fazendo parte do processo global de Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a Companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados, de acordo com os níveis de sinistralidade esperada, e que possibilita uma adequada definição do prémio, assente no perfil de risco do mesmo, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado, incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

Os regulamentos de subscrição integram os regulamentos globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística, por forma a melhorar as normas de subscrição, a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os riscos inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base *à priori* (por exemplo, *profit testing*), como *à posteriori* (por exemplo, *embedded value* e rácios combinados).

Os fatores tomados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos. No geral, incluem:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, conjuntura económica e tendências demográficas);

- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objetivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecidos por concorrentes.

#### Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências das IFRS, sendo definido de modo a dar garantias à gestão da Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best estimate*), i.e., calculadas numa base económica, com um elevado grau de confiança.

A análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada pelos atuários responsáveis da Companhia, sendo as provisões regularmente certificadas por uma entidade externa.

#### Resseguro

Quando apropriado, a Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climáticos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados ou o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência, após resseguro e franquias, é resumida de seguida por linha de negócio:

Vida [EUR]			
Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção/Prioridade
Vida/Invalidez	Excedente	4.400.000	110.000
Vida/Invalidez	Quota Parte	4.400.000	110.000
Vida (catástrofes)	CAT Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	300.000

#### Gestão dos Riscos com Responsabilidade de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. está disposta a aceitar deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos com Responsabilidade de Seguros, de acordo com a Taxonomia de Risco em vigor na Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A..

O Risco com Responsabilidade de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos estratégicos, financeiros e operacionais.

## Riscos com Responsabilidade de Seguros de Vida

O Risco com Responsabilidades de Seguros Não Vida divide-se em dois grandes blocos: Risco de Subscrição (*Underwriting Risk*) e Risco de Catástrofe (*Catastrophe Risk*).

Os sinistros relativos aos produtos de Vida Risco e de Rendas Vitalícias são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. A diminuição na taxa de mortalidade é conhecida como Risco de Longevidade, enquanto o aumento da mesma considera-se como Risco de Mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de Vida Risco e uma diminuição dos sinistros para os produtos de Rendas Vitalícias, enquanto o decréscimo nas taxas de mortalidade terá o impacto exatamente oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo Vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou nas despesas a curto prazo podem também ter um impacto significativo.

O Risco de Longevidade é gerido através do *pricing* do regulamento de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O Risco de Mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. Este risco é mitigado através do regulamento de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de Vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para a Occidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. os pressupostos são os seguintes:

	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa Técnica</u>
Risco	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas*	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 2,4% 3%, 3,25% ou 4%

\* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%.

Em 31 dezembro de 2014 e de 2013, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os *cash flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

Tabelas mortalidade	2014		2013	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	65% GKF95	70% GKM95	70% GKF95
Crédito Habitação	50% GKM95	47,5% GKF95	50% GKM95	47,5% GKF95
Crédito Pessoal	50% GKM95	45% GKF95	50% GKM95	45% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	45% GKF95	40% GKM95	45% GKF95

O Risco de Invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de Vida Risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação, são influenciadas por vários fatores, tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços na medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos

preços, provisões e regulamento de subscrição, sempre que tal se justifique. A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades.

<b>Vida [EUR]</b>		
Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2014	Impacto no Justo Valor em 31.12.2013
Taxas de juro sem risco +100bp	32.469.335	13.997.895
Taxas de juro sem risco -100bp	(67.920.047)	(35.766.833)
Imobiliário e ações -10%	(27.507.068)	(23.449.822)
Despesas gerais -10%	11.562.069	11.460.913
Taxas de Mortalidade -5%	7.448.339	8.149.541
Taxas de anulação/resgate -10%	8.575.964	15.628.230

## Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na monitorização e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a toda a Companhia.

O risco operacional na Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional na companhia. Além disso, a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, e permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Risk Reporting* e discutidos no Comité de Risco. Adicionalmente, mantém a atenção e foco nos processos da Companhia através do desenho dos processos de controlo interno.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A., a gestão do risco operacional foi definida como componente da estrutura (ERM) da companhia.

Em particular, engloba processos de toda a Companhia, tais como:

- Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da Companhia sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). A ferramenta está operacional, seguindo a recomendação por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
- *Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia a qual inclui os riscos operacionais mais importantes. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pela Companhia;

- **Gestão da continuidade do negócio:** processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para a Companhia e o impacto nas operações de negócio que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com capacidade de dar uma resposta efetiva que salvguarde a reputação, os interesses dos acionistas, a marca e o valor da Companhia;
- **Segurança de Informação:** define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades, e as diretivas de informação de segurança aplicadas através da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A.;
- **Desenho de processos (BPM) Controlo Interno:** tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, a Companhia:
  - Identifica e documenta todos os processos transversais a todo a Companhia, mantendo-os atualizados;
  - Identifica e avalia os principais riscos operacionais associados aos processos;
  - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos;
  - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos, e;
  - Assegura um processo de atualização regular, nomeadamente no que respeita aos riscos e controlos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base o respetivo regulamento do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A..

Adicionalmente, o Regulamento de Modelo de Governo de Risco implementado define as funções e as responsabilidades dos comités e unidades de negócios, e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre.

Informação adicional respeitante ao negócio Vida é a seguinte:

	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013	Custos com sinistros	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2014 em relação a 2013	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2014				
Vida	56.503.401	47.004.044	17.191.750	7.692.394

  

	Eur			
	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012	Custos com sinistros	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2013 em relação a 2012	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
2013				
Vida	35.899.587	37.598.305	17.484.090	19.182.808

### Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2014.

A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros Vida, S.A. faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a margem de solvência da Companhia é analisada como se segue:

<b>Rúbrica [EUR]</b>	<b>31 de dezembro 2014</b>	<b>31 de dezembro 2013</b>
Capital	22.375.000	22.375.000
Reservas Legal e de Reavaliação	67.550.336	(13.675.011)
Resultados Transitados	255.724.252	504.621.330
Resultado Líquido do Exercício	55.064.541	86.102.921
<b>Total Situação Líquida (1)</b>	<b>400.714.129</b>	<b>599.424.240</b>
Activos Intangíveis	(5.679.182)	(5.229.779)
Empréstimos subordinados sem prazo fixo	120.000.000	-
<b>Total (2)</b>	<b>114.320.818</b>	<b>(5.229.779)</b>
<b>Margem de Solvência Disponível (1) + (2)</b>	<b>515.034.947</b>	<b>594.194.461</b>
<b>Margem de Solvência Exigida</b>	<b>245.348.000</b>	<b>249.381.588</b>
<b>Excesso / (Insuficiência)</b>	<b>269.686.947</b>	<b>344.812.873</b>
<b>Rácio Solvência</b>	<b>210%</b>	<b>238%</b>

### **Nota 35 – Justo valor**

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Companhia são os seguintes:

#### *Caixa e Depósitos em instituições de crédito*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### *Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

#### *Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### Investimentos a deter até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado, líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, quando disponíveis. No caso de estas não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2014		2013	
		Eur			
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e equivalentes de caixa	1	125.895.808	125.895.808	216.013.740	216.013.740
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	1	485.477.476	485.477.476	432.164.065	432.164.065
Investimentos detidos até à maturidade	1	585.094.229	445.557.286	561.459.455	475.043.690
Investimentos detidos até à maturidade	2	92.669.733	85.663.545	144.536.890	137.497.605
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	11.579.021	11.579.021	4.582.012	4.582.012
		<b>1.300.716.267</b>	<b>1.154.173.136</b>	<b>1.358.756.162</b>	<b>1.265.301.112</b>
Passivos subordinados	3	120.000.000	120.000.000	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	3	7.493.160	7.493.160	8.428.131	8.428.131
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	26.542.978	26.542.978	285.228.095	285.228.095
		<b>154.036.138</b>	<b>154.036.138</b>	<b>293.656.226</b>	<b>293.656.226</b>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## Nota 36 – Passivos contingentes e compromissos

### Passivos contingentes

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto Seguradora, entidade empregadora e contribuinte fiscal. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 o total de garantias bancárias era de Euro 92.000. Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

### Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato.

Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	<i>Eur</i> Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	55.746	153.481	171.816	<b>381.043</b>

### Nota 37 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout

À data de 31 de dezembro de 2013, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

#### Através de Investimento direto

	<i>Eur</i>				
	2013				
País	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos Nível de valorização
<b>Portugal</b>					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Nível 1	956.945.857	956.945.857	(3.138.205)	4,1%	5,1 L1
Ativos financeiros detidos ao justo valor	781.466.483	781.466.483	19.025.804	4,2%	6,2 L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	485.000.743	571.416.509	-	4,1%	5,9 L1
<b>Total</b>	<b>2.223.413.083</b>	<b>2.309.828.848</b>	<b>15.887.599</b>	<b>4,2%</b>	<b>5,7</b>

#### Indiretamente, através de produtos estruturados

	<i>Eur</i>				
	2013				
País	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos Nível de valorização
<b>Portugal</b>					
Ativos financeiros ao justo valor	131.439.341	131.439.341	5.752.392	4,6%	4,9 L2
<b>Total</b>	<b>131.439.341</b>	<b>131.439.341</b>	<b>5.752.392</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,9</b>

Durante o exercício de 2014, Portugal deixou de estar abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, pelo que a Companhia não tem actualmente exposição a dívida soberana de países nestas condições.

Adicionalmente, como referido, de acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

## **Nota 38 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

### **Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas**

*As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:*

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

As alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

#### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:**

#### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

#### **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

#### **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

#### **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

#### **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

#### **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

#### **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

#### **IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

#### **IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures***

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

### **IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

### **IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.**

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### ***Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia***

### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

#### **IFRS 15 Rédito de contratos com clientes**

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

#### **Melhoramentos às IFRS (2012-2014)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais**

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Companhia ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.